

## ATA DE REUNIÃO COLEGIADO DE CURSO

### IFSP - Câmpus Salto: CMAT-SLT-SLT

#### Objeto:

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM TEMAS TRANSVERSAIS DO IFSP CAMPUS SALTO.

Aos quatro dias do mês de julho de 2023, às dezesseis horas e cinco minutos, reuniram-se, de modo virtual, por meio do aplicativo Google Meet (link para a reunião: <https://meet.google.com/jsz-mwoy-kss>), os membros do colegiado do curso de pós-graduação *lato sensu* em Temas Transversais do Campus Salto, designados pela Portaria SLT IFSP nº 0005, de 03 de fevereiro de 2022. Membros presentes: Maurício Bronzatto (presidente); Bruna Lammoglia e Leonardo Borges da Cruz (representantes docentes); Adriana Cruz da Silva (técnica em assuntos educacionais); Roselaine Cristiane de Lima e Marcelo Augusto dos Santos (respectivamente, representante discente titular e representante discente suplente). Dando início à reunião, Maurício Bronzatto agradeceu à presença de todos e apresentou a pauta, informada previamente no e-mail de convocação expedido em 29/06/23: 1) Avaliação de recursos contra cancelamento de matrícula; 2) Suspensão da oferta do curso em 2024. Passou-se, então a tratar do item 1 da pauta: **1) Avaliação de recursos contra cancelamento de matrícula.** Maurício explicou que a Coordenadoria Sociopedagógica (CSP), com base em lista criada pela Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CRA), entrou em contato com alunos que não realizaram rematrícula de 2020 a 2022. Nesse contato, os alunos foram informados de que teriam sua matrícula cancelada por não terem realizado a rematrícula de acordo com o artigo 39 da RESOLUÇÃO NORMATIVA IFSP N.º 04/2021, DE 05 DE OUTUBRO DE 2021. Aos alunos foi disponibilizada ampla defesa. Maurício deu a conhecer aos presentes o Art. 39 da referida Resolução, a saber:

**Art. 39.** A rematrícula deverá ser efetuada no campus em que o curso é ministrado, conforme normas e procedimentos divulgados com antecedência.

**Parágrafo único.** O estudante que não efetuar a rematrícula dentro dos prazos previstos deverá justificar-se na Secretaria de Pós-Graduação, Coordenadoria de Registros Acadêmicos ou equivalente em até 10 (dez) dias úteis após o início do período letivo ou será considerado desistente.

Em seguida, o presidente da sessão comunicou que três alunas valeram-se do direito ao recurso: Marcia Cristina Cordeiro da Silva, Abigail Rosa Nascimento e Maria Cleide Avelino de Freitas, manifestando intenção de prosseguir com o curso. Maurício, então, propôs que cada caso, em sua particularidade, fosse apresentado e que se seguissem as deliberações pelo deferimento ou indeferimento do recurso. Todos de acordo, Maurício começou pelo recurso da aluna **Marcia Cristina Cordeiro da Silva**, em cujo prontuário consta o status “em aberto” desde 2022/1. Maurício apresentou aos membros do colegiado o histórico da aluna: matriculada inicialmente em 13/12/2018, cursou todas as disciplinas nos três primeiros semestres do curso: 2019/1, 2019/2 e 2020/1. Os trinta meses regulamentares para integralização, acrescidos de seis meses concedidos a alunos matriculados até 30/05/2020 pela Portaria Normativa RET IFSP Nº 05/2021, completaram-se em 13/12/2021. Maurício disse não haver entendido o motivo do contato com a aluna indicado pela CRA e realizado pela CSP, já que na data referida (13/12/2021) expirou-se o prazo legal para integralização. Destacou que, no período pandêmico ou em qualquer outro momento dos 36 meses (30 regulamentares + 06 de prorrogação extraordinária) que a aluna tinha para integralizar o curso, não houve solicitação de trancamento compulsório. Em resposta ao contato da CSP, a aluna Marcia referiu ter entendido que havia perdido o curso em razão de não ter entregado o TCC. Vendo no contato uma oportunidade de reativação da matrícula, justificou não ter entregado o TCC em razão de problemas familiares que demandaram um tratamento psiquiátrico com uso de medicamentos. A aluna encaminhou à CSP o último atestado médico do profissional que a acompanha desde 2021. Maurício abriu a votação, pedindo que os presentes se manifestassem a favor ou contra o deferimento. A Marcelo, membro suplente, não foi dado o direito de voto, pois a composição titular do colegiado nesta sessão estava completa. Leonardo disse optar por aceitar qualquer recurso de estudante que manifeste interesse em retomar o curso e concluí-lo. Mencionou, como justificativa, o problema da evasão, o uso de recurso público e o fator humano (a despeito de qualquer erro cometido, disse Leonardo, pode haver a indicação de uma mudança de postura e de agenda). Leonardo acrescentou uma possibilidade indicada pelo diretor de Pós-graduação Orlando Berenguel em reunião do 3º Encontro de Coordenadores de Pós-graduação *lato sensu*, realizado no Campus Bragança Paulista em 23/06/23: a abertura de um edital simplificado para alunos jubilados poderem concluir o curso. Maurício salientou que a aluna, ao longo do tempo regulamentar, não solicitou trancamento nem apresentou parecer médico dando a conhecer o seu problema de saúde. Reiterou que achou improcedente o contato da CSP, uma vez que a aluna, de acordo com as normativas, já havia jubilado. Maurício pontuou que o deferimento abriria um precedente para que todos os alunos jubilados desta ou de outras turmas reivindicassem, sem base legal, o reingresso no curso. Leonardo disse

considerar que a situação em discussão aproxima-se da possibilidade, antes referida, de os alunos que já jubilaram participarem de um processo seletivo simplificado, podendo aproveitar os créditos já cumpridos e dispondo de 30 meses para apresentar o TCC. Para Leonardo, ainda que outros estudantes se valham desse precedente, o resultado será a diminuição da evasão, e sem que haja prejuízo para discentes e instituição. Haverá trabalho, ele ressaltou, mas um trabalho já previsto pela dinâmica de orientação de TCC. Bruna ponderou que, embora seja preferível ter o maior número possível de alunos no curso, causa-lhe muita preocupação aceitar o retorno da aluna sem nenhum respaldo normativo. E enfatizou: a aluna já tinha ultrapassado todos os prazos e não encaminhou nenhum pedido especial para continuar no curso. Para Bruna, o contato da CSP não deveria ter sido feito, pois trouxe à aluna uma esperança que já não existia. O caso desta aluna, a seu ver, seria semelhante ao de qualquer aluno que já jubilou e precisaria de um reingresso para concluir o TCC. Bruna disse ser preciso dispor de mais informações quanto ao tempo a ser oferecido em caso de deferimento, pois o curso teria uma situação excepcional de uma aluna com 60 meses para conclusão, enquanto que os demais alunos contam com 30 meses. A decisão de Bruna foi pelo indeferimento do pedido da aluna. Disse, no entanto, a propósito da fala de Leonardo, ser a favor da verificação de uma possibilidade de reingresso de alunos jubilados e que desejem voltar para terminar o TCC. Uma alternativa de reingresso em que o aluno não fique indefinidamente no curso, o que agravaria o já sério problema de oneração da carga horária de professores. Bruna lembrou que o aceite do reingresso de alunos jubilados implicará a designação de orientadores para acompanhá-los. Ao manter no curso por um período de 60 meses uma aluna que deveria ter ficado 30, o recurso público também estará sendo onerado, concluiu Bruna. Adriana disse compreender o parecer de Leonardo e Bruna. Sugeriu, pensando no segundo ponto de pauta, que o curso não ofereça vagas em 2024 e, em vez disso, publique-se um edital como oportunidade a todos os jubilados aos quais restava apenas a conclusão e apresentação do TCC. Um reingresso, porém com prazo menor que 30 meses para integralização. Adriana posicionou-se favorável ao indeferimento. Roselaine disse tratar-se de uma situação bem complicada. Na posição de aluna, disse acreditar que, apesar de indevido, o contato abriu uma possibilidade para Marcia. Afirmou entender a fala de Bruna sobre a abertura de um precedente para outros jubilados, mas ponderou que Marcia, ao responder ao contato da instituição, ofereceu uma justificativa considerável, apresentando atestado do médico psiquiatra. Para Roselaine, no momento em que deveria ter feito alguma ação para evitar o jubramento, a aluna não dispunha de condições psicológicas, razão pela qual acredita se tratar de um caso diferenciado. Roselaine votou pelo deferimento, sugerindo um prazo menor de integralização, suficiente apenas para a aluna concluir o TCC. Maurício, pelas razões já apresentadas, votou pelo indeferimento. Após a votação e as justificativas dos votantes, por 3 votos a 2, a decisão do colegiado foi pelo indeferimento do recurso da aluna Marcia Cristina Cordeiro da Silva.

Na sequência, Maurício passou ao recurso da aluna **Abigail Rosa Nascimento**, cujo histórico é o que segue:

#### **Matrícula Inicial: 28/01/2020**

- 2020/1 – Cursou 3 disciplinas (Trancou 1).
- 2020/2 – Trancamento compulsório permitido por normativa do período pandêmico. Aproveitamento de uma disciplina.
- 2021/1 – Não renovou trancamento, porém se beneficiou de normativa do período pandêmico.
- 2021/2 – Trancamento compulsório permitido por normativa do período pandêmico.
- 2022/1 – Descumpriu arts. 38 e 39 – Res. 04/21.
- 2022/2 – Descumpriu arts. 38 e 39 – Res. 04/21.
- 2023/1 – Descumpriu arts. 38 e 39 – Res. 04/21.
- 2023/2 –
- 2024/1 (+6) cf. Art. 7º Port. Norm. RET IFSP Nº 05/21.

Maurício explicou que a aluna cursou um terço do total da carga horária de disciplinas (três disciplinas do 1º semestre, uma do 2º e nenhuma do 3º). E que os semestres 2020/2, 2021/1 e 2021/2 não podem ser contabilizados para o período de integralização do curso, pois neles houve trancamento compulsório de matrícula; que o expediente de trancamento compulsório no período pandêmico, por vezes realizado pela Secretaria do campus quando não havia êxito no contato com o aluno, se estendeu para todo o período de exceção, não existindo à ocasião, como dispõem os artigos 38 e 39 da Resolução 04/21, a obrigatoriedade de renovação do trancamento a cada novo semestre. Com o fim da pandemia, a partir do 1º semestre de 2022, a aluna deveria, desde então, a cada início de semestre, ter realizado matrícula vínculo, o que não aconteceu. Maurício deu a conhecer o conteúdo do artigo 38 e reapresentou o conteúdo do art. 39:

**Art. 38.** A rematrícula para cada período letivo deverá ser efetuada, obrigatoriamente, em data prevista no calendário acadêmico do campus.

**Parágrafo único.** A rematrícula é obrigatória para todos os estudantes regularmente matriculados, inclusive para aqueles com matrícula trancada ou que já tenham concluído todos os componentes curriculares e que estejam em fase de apresentação de TCC, quando esse fizer parte do projeto pedagógico do curso.

**Art. 39.** A rematrícula deverá ser efetuada no campus em que o curso é ministrado, conforme normas e procedimentos divulgados com antecedência.

**Parágrafo único.** O estudante que não efetuar a rematrícula dentro dos prazos previstos deverá justificar-se na Secretaria de Pós-Graduação, Coordenadoria de Registros Acadêmicos ou equivalente em até 10 (dez) dias úteis após o início do período letivo ou será considerado desistente.

Maurício informou que, em caso de deferimento do recurso da aluna, seu prazo de integralização será 28/07/2024 (restam 2 semestres), a seu ver um prazo exíguo considerando que a aluna precisa cursar 8 disciplinas e elaborar e apresentar o TCC, para o qual não tem, por ora, a designação de um orientador. Maurício compartilhou com os presentes a alegação da aluna em resposta ao contato da CSP: ela afirmou não ter abandonado o curso, e que gostaria de retornar e apresentar suas justificativas caso isso ainda fosse possível. Maurício explicou que os trancamentos no histórico da aluna não foram acompanhados de laudos médicos. E que a decisão pelo deferimento imporá a necessidade de a aluna cursar 3 das 4 disciplinas que serão oferecidas no segundo semestre de 2023, além das 5 disciplinas restantes, quatro das quais com previsão de oferta no 1º semestre de 2024. Aberta a votação, Roselaine argumentou que, visto que a aluna ainda possui diversas disciplinas para serem cursadas e que deixou de fazer a renovação de matrícula prevista pelas regras, seu voto é pelo indeferimento. E acrescentou, com base em fala anterior de Bruna, que o deferimento gera uma demanda profissional e de recursos, e como o curso está em vias de não ser oferecido em 2024, a não oferta geraria uma dificuldade para que a aluna curse as disciplinas. Adriana, acompanhando a fala de Roselaine, votou pelo indeferimento. Bruna se manifestou dizendo que a possibilidade de não oferta do curso em 2024 inviabilizaria a oferta das disciplinas para Abigail, razão pela qual votou pelo indeferimento. Porém sugeriu que se verifique, à ocasião da nova oferta regular do curso, a possibilidade de abertura de um edital específico para alunos na situação de Abigail, que ainda precisam cursar disciplinas e apresentar o TCC. E que, antes disso, se verifique a possibilidade de um edital para alunos que já cursaram todas as disciplinas e precisam apenas apresentar o TCC. Leonardo, na direção de seu comentário a propósito da avaliação do primeiro recurso, votou pelo deferimento. Maurício, em razão de a aluna haver cursado apenas 1/3 das disciplinas, por estar afastada das atividades acadêmicas desde 2020/1 sem justificativa médica e por haver descumprido os artigos 38 e 39 da Resolução 04/21 nos semestres 2022/1, 2022/2 e 2023/1, votou pelo indeferimento. A votação acerca do recurso da aluna Abigail Rosa Nascimento totalizou 4 votos pelo indeferimento e 1 voto pelo deferimento.

Na sequência, Maurício introduziu a análise ao recurso de **Maria Cleide Avelino de Freitas**, apresentando ao colegiado o histórico de participação da aluna no curso:

#### **Matrícula Inicial: 07/02/2019**

- 2019/1 – Cursou todas as disciplinas do 1º semestre.
- 2019/2 – Trancamento compulsório com laudo médico.
- 2020/1 – Trancamento compulsório pandemia.
- 2020/2 – Trancamento compulsório pandemia.
- 2021/1 – Não renovou trancamento (pandemia).
- 2021/2 – Não renovou trancamento (pandemia).
- 2022/1 – Trancamento compulsório com laudo médico.
- 2022/2 – Descumpriu arts. 38 e 39 – Res. 04/21.
- 2023/1 – Descumpriu arts. 38 e 39 – Res. 04/21.
- 2023/2 –
- 2024/1 –
- 2024/2 (+6) cf. Art. 7º Port. Norm. RET IFSP Nº 05/21.

A aluna, segundo Maurício, cursou até o momento apenas as disciplinas do 1º semestre. A partir do 2º semestre, teve início um histórico de trancamentos compulsórios, primeiro com base em laudo médico (2019/2), depois com base na Portaria 2764/2020 (2020/1, 2020/2, 2021/1 e 2021/2) e, por fim, novamente com base em laudo médico, já em período pós-pandêmico (2022/1). Nos semestres 2022/2 e 2023/1, a aluna, em descumprimento aos artigos 38 e 39, deixou de renovar seu vínculo com o IFSP, seja revalidando o trancamento compulsório, seja efetuando a matrícula vínculo. Em caso de deferimento, Maurício informou, a aluna terá até 07/02/2025 para integralizar o curso, necessitando cursar 8 disciplinas e desenvolver o TCC depois que um docente do curso for designado para a tarefa de

orientação. Em resposta ao contato da CSP, Maria Cleide não apresentou justificativa; apenas solicitou um agendamento para vir presencialmente ao campus e verificar a possibilidade de sua matrícula não ser cancelada. Maurício informou aos presentes que, em abril de 2022, primeiro semestre subsequente ao período de pandemia, ele autorizou o trancamento compulsório de matrícula da aluna com base em laudo médico que explicitava as limitações físicas acompanhadas por um quadro algíco, condições que impossibilitavam a frequência da aluna ao curso. Porém, esse foi o último vínculo de Maria Cleide com a instituição, somente retomado, mais de um ano depois, quando recebeu, em junho de 2023, o contato da CSP. Aberta a votação, Roselaine referiu estar em dúvida quanto ao caso, pois a aluna ainda tem disciplinas para cursar e, no entanto, o curso está em vias de não ser oferecido em 2024. Ao mesmo tempo a aluna está dentro do prazo, embora Roselaine tenha considerado o prazo apertado. Bruna disse também estar em dúvida, em razão das disciplinas a cursar e do prazo de que a aluna dispõe. Maurício interveio dizendo que, em caso de deferimento, seja desta aluna ou de qualquer outro aluno, o curso precisará se responsabilizar pela oferta de disciplinas a cursar no período regulamentar de direito do aluno. Roselaine votou pelo indeferimento e deixou a sugestão, de forma semelhante à que Bruna anteriormente fizera, de um futuro edital como possibilidade a que alunas como Maria Cleide possam finalizar o curso. Bruna corroborou a sugestão de Roselaine e acrescentou que tal oferta precisará ser conciliada com a disponibilidade da instituição. Para Bruna, assumir a manutenção da aluna Maria Cleide significará responsabilizar-se por oferecer um curso exclusivamente para ela em boa parte de 2024, o que implicaria mobilizar vários professores para atender exclusivamente uma aluna. Leonardo indagou se a aluna ainda tem o direito de integralizar o curso até o final de 2024 ou se compete ao colegiado conferir-lhe esse direito a partir do deferimento do recurso. Maurício explicou que o prazo até o final de 2024 depende da decisão do colegiado porque a aluna infringiu os artigos 38 e 39 da Resolução nº 04/2021, ao deixar de renovar seu vínculo com o IFSP nos semestres 2022/2 e 2023/1. Maurício reiterou que o deferimento implicará a responsabilidade do curso de prover, no prazo de direito, todas as disciplinas que a aluna necessitar cursar. Maurício explicou que, no segundo semestre de 2023, serão oferecidas, em caráter de DP, para atender alunos da turma atual, as 4 disciplinas do 2º semestre do curso, e que, no primeiro semestre de 2024, pelo mesmo motivo, muito provavelmente sejam oferecidas as 4 disciplinas do 3º semestre do curso. Maurício explicou que Maria Cleide teria que cursar as disciplinas faltantes nestas oportunidades. E concluiu que, de todos os casos discutidos, ele considera o de Maria Cleide o mais possível de ser viabilizado, considerando-se o prazo de que ela dispõe e o fato de já ter cursado as 4 disciplinas do primeiro semestre. Para Maurício, existe uma possibilidade, desde que ela curse as disciplinas do segundo semestre do curso no segundo semestre de 2023 e as disciplinas do 3º semestre do curso no primeiro semestre de 2024. Caso deixe de fazê-lo, não haverá outros meios de atendê-la. Maurício fez uma ressalva que disse valer para cada um dos 3 casos analisados: as alunas em questão estão há muito tempo sem contato com o curso, uma delas há 4 anos. O retorno significaria voltar para uma realidade bem diferente daquela que existia quando houve a interrupção da participação. Feitas as considerações, Maurício optou pelo deferimento, no que foi acompanhado por Leonardo. Adriana e Bruna votaram pelo indeferimento. Somados os votos, a contagem indicou 3 votos a favor do indeferimento e 2 votos a favor do deferimento. Maurício encerrou o primeiro ponto de pauta destacando a decisão colegiada, baseada numa discussão coletiva, e não numa decisão unilateral partindo da coordenação.

**2) Suspensão da oferta do curso em 2024.** Maurício passou ao segundo ponto de pauta indagando: “que curso oferecer em 2024”? Sendo mais preciso na formulação, “que curso oferecer a partir do Processo Seletivo que, no máximo, precisaria iniciar em setembro/2023?”. Maurício mencionou a comissão, da qual ele, Bruna e Leonardo fazem parte, encarregada dos trabalhos de reformulação do curso desde março de 2023. Explicou que a nova estrutura curricular, numa composição entre Parâmetros Curriculares e BNCC, foi definida, mas a elaboração/reelaboração dos planos de ensino ainda não. As discussões sobre a modalidade de oferta (se presencial, se EaD) ainda são incipientes. Resta, também, decidir sobre a manutenção do TCC ou sobre um novo formato para sua apresentação. Além disso, acrescentou, há vários trâmites pelos quais o Projeto de Curso deverá passar, incluindo um encaminhamento à Reitoria. Não podendo contar com o novo Projeto finalizado antes do Processo Seletivo, restaria, segundo Maurício, se a decisão do colegiado for pela manutenção da oferta em 2024, oferecer a versão atual do curso, a mesma utilizada desde a primeira edição, no ano de 2018. Maurício pontuou que julga importante os candidatos interessados no processo seletivo conhecerem de antemão o curso em que almejam ingressar. Restando, portanto, o curso atual como possibilidade de oferta, Maurício disse considerar que se trata de um curso hoje desatualizado, e que se tornará ainda mais desatualizado no decurso de 30 meses, que é o tempo que essa matriz estará vigente. Maurício também disse preocupá-lo a falta de vitalidade dos processos seletivos anteriores. A seu ver, existe possibilidade real de um novo processo seletivo para um curso nos parâmetros atuais não lograr êxito, atraindo baixa procura e, conseqüentemente, baixa qualidade e potenciais evasões. Maurício citou o fator TCC como causa de evasões e jubilações, razão pela qual uma nova oferta precisaria tomar decisões a esse respeito. Maurício também destacou a dificuldade com a frequência verificada na turma atual, compartilhando sua impressão de que está cada vez mais difícil obter dos alunos a frequência mínima presencial exigida para um curso de pós-graduação. Por fim, Maurício mostrou preocupação em relação aos professores com os quais o curso poderia contar, dada a oneração da carga docente no campus (no caso da pós-graduação, agravada pelas ofertas de disciplinas com caráter de DP). Feitas tais colocações, Maurício apresentou para o colegiado a proposta de suspensão da oferta do curso no ano de 2024, na verdade um deslocamento de 2024 para 2025. Seria, ele argumentou, uma maneira de dispor de maior tempo para poder proceder com qualidade ao processo de reformulação. Maurício disse ter conversado com a diretora Seila e com o professor Ricardo Zani, presidente do PDI local. De acordo com o professor Zani, após decisão colegiada, a comissão do PDI deverá ser notificada para fins de uma redistribuição das ofertas que ele julga possíveis de serem feitas nos seguintes termos: o curso de pós em Matemática sendo ofertado em 2024; o curso de pós em Temas Transversais, em 2025; e o curso de Pós em Cultura, Educação e Tecnologias, em 2026. Bruna perguntou se a reunião entre os coordenadores dos 3 cursos *lato sensu* aconteceu, ao que Maurício respondeu que não. Roselaine disse concordar com a proposta de suspender por mais um ano a oferta, visto que não será possível concluir a tempo a reformulação do curso, ou que esta tenha que ser feita num ritmo acelerado, podendo não sair como se espera. Roselaine disse concordar que o curso esteja desatualizado, visto que hoje se fala em novos temas transversais, e o curso teria que vir com uma cara nova. Bruna concordou com a suspensão e disse que, a menos que entre os coordenadores das pós *lato sensu* surja uma nova variável, poderia ser seguido o planejamento do PDI referido pelo professor Ricardo Zani, uma vez que a reformulação está em andamento e não ficará pronta para 2024. Adriana manifestou-se no chat do aplicativo da videochamada dizendo-se favorável à suspensão da oferta do curso no ano de 2024. Leonardo disse que a suspensão da oferta deve ser a opção do colegiado, porém não sem uma manifestação explicitando os motivos. Leonardo disse que é importante

considerar a dimensão política envolvida. Pelo que entendeu, a reformulação do curso não será finalizada antes de setembro porque não há condições de trabalho para isso, dado o excesso de compromisso de trabalho que os docentes do curso e outros já assumiram, o que também explica a dificuldade de oferta do curso em 2024. Para Leonardo, se simplesmente se anunciar a suspensão da oferta, isso pode gerar a compreensão de que os docentes envolvidos com o curso não estão querendo ofertá-lo, e a carga horária que seria despendida para o curso poderá ser deslocada para outras demandas, de modo que a sobrecarga não deixaria de existir. **Leonardo defendeu que se comunique ao PDI, à direção geral do campus e a toda a comunidade acadêmica que existe uma sobrecarga de trabalho docente, sendo esta a causa principal da suspensão da oferta em 2024.** Maurício disse concordar com Leonardo e, com base em conversa com Ricardo Zani e na decisão de competência deste colegiado (com a qual os docentes envolvidos na comissão de reformulação do PPC do curso fazem coro), comprometeu-se a enviar um e-mail ao PDI, com cópia para a direção local, explicitando todos os motivos constantes nesta ata a respeito da impossibilidade de ofertar o curso no ano de 2024. Maurício disse que pleiteará junto à Comissão do PDI uma definição das datas das ofertas alternadas dos cursos de pós do campus. Sem mais a tratar, Maurício agradeceu a participação de todos, deu por encerrada a reunião às dezessete horas e vinte minutos e lavrou esta ata, que segue assinada por todos os presentes.

Salto, 07 de julho de 2023.

Nome completo	Cargo	Siape (se for o caso)
---------------	-------	-----------------------

*Documento assinado eletronicamente.*

Documento assinado eletronicamente por:

- **Mauricio Bronzatto, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 07/07/2023 09:03:39.
- **Adriana Cruz da Silva, TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS**, em 07/07/2023 09:20:11.
- **Leonardo Borges da Cruz, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 07/07/2023 09:57:57.
- **ROSELAINE CRISTIANE DE LIMA, SL3011852 - Discente**, em 07/07/2023 10:14:02.
- **Marcelo Augusto dos Santos, SL3011771 - Discente**, em 07/07/2023 11:37:24.
- **Bruna Lammoglia, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 07/07/2023 14:05:40.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 07/07/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsp.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 581611  
Código de Autenticação: ace82cc3ab

